

Punir estados de oposição com vetos ao Propag é criar a República Bolivariana do Nordeste

O ministro Rui Costa já foi um governador de oposição ao governo federal durante a gestão de Bolsonaro. É exatamente por isso a perplexidade dos governadores à tese que foi defendida no núcleo duro do Governo Lula propondo vetos presidenciais a artigos Propag, que na prefixa deixam o programa inócuo.

■ No Rio, Goiás e Minas não vai sobrar dinheiro para investimento e apenas abate o déficit orçamentário dos endividados, cenário que será diferente em São Paulo, berço do petismo e do próprio ministro Fernando Haddad. Ter o governador Tarcísio de Freitas com o cofre cheio para gastar pode ser mortal para a reconquis-

ta do palácio do Bandeirantes e até para manter o Planalto.

■ Em conversa com o governador Cláudio Castro, na noite do dia 13, o ministro Rui Costa demonstrou desconhecer que seria necessário os estados pagarem 20% da dívida para ingressar no Propag. O veto sugerido pela AGU- Advocacia Geral da União, sob a alegação de inconstitucionalidade para o uso dos fundos, é uma falácia. Na lei, eles só poderão ser usados para as áreas da sua atividade fim.

■ Punir os maiores estados do país por motivos políticos eleitorais e restringir o Brasil do PT ao Nordeste, é punir a população do Rio, Minas e Goiás. É criar a república bolivariana do Nordeste, em detrimento da isonomia.

PINGA-FOGO

■ **PEDRO PAULO QUER SER MINISTRO...** - O deputado Pedro Paulo confirma a amigos que quer ser ministro, não do governo, mas ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga do ministro Aroldo Cedraz, que é reservada à Câmara dos Deputados. Em tempo: existe uma vaga a ser aberta na corte, a do ex-presidente Bruno Dantas que sonha em ir para a iniciativa privada. Aroldo e Bruno, por coincidência são baianos.

■ **POSSE DO PGJ-RJ SÓ PARA QUEM FOR CONVIDADO** - No próximo dia 17 de janeiro, sexta, será realizada a posse do novo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio, Antônio José Campos Moreira, às 10h30, na sede do MPRJ na Marechal Câmara, e deverá agitar os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. São poucos os convidados. Os convites serão de forma seletiva, com acesso apenas aos nomes que estiverem na lista.

■ **POSSE DOS QUATRO NOVOS DESEMBARGADORES** - Já no dia 27 de janeiro, após o recesso do Judiciário, a posse dos novos desembargadores escolhidos pelo quinto constitucional. A posse dos quatro desembargadores será às 15 horas.

■ **DE PORTAS ABERTAS** - De férias? Sim. A serviço? Sempre. O ex-presidente Jair Bolsonaro foi visto, mais uma vez, em solos angrênses com sua comitiva: os pupillos ex-candidato a prefeito de Angra dos Reis, Renato Araújo, e também o deputado federal Hélio Lopes. Ele abriu as portas da sua casa no chamado "Cercadinho de Mambucaba", na Vila Histórica, para dezenas de moradores. Aliás, os encontros aconteceram pelo menos três vezes esta semana,

sendo o mais recente, neste domingo (12). Entre as pautas, não deixou de citar o aumento do dólar. "Tá' mais caro, passou de seis. Muita coisa que a gente compra aqui, tem insumos ou tem componentes importados. Vai refletir aqui. A previsão de janeiro e fevereiro agora, só com supermercado, tem um reajuste médio de 7%", disse em vídeo publicado nas redes sociais.

■ **A passagem do ex-presidente em Angra dos Reis realmente não tem passado despercebida. Apoiadores encontraram Bolsonaro passeando de jet ski na Prainha de Mambucaba, neste mesmo domingo de manhã, com direito a chuva de aplausos. Na última semana, ele também esteve acompanhado do filho e deputado federal, Eduardo Bolsonaro.**

■ **A INFLUÊNCIA DE WAGUINHO EM MERITI** - Quando a coluna havia publicado sobre a influência do ex-prefeito de Belford Roxo Wagner dos Santos Carneiro, o Waguinho, na nova administração da vizinha São João de Meriti, comandada pelo prefeito Léo Vieira (Republicanos), não foi exagero. Waguinho e Léo, correligionários do partido Republicanos, fizeram um acordo para que todos os aliados fossem abrigados em seus devidos postos. Tanto que Waguinho, presidente estadual do partido, conseguiu emplacar quatro nomes em secretarias: André Rocha (Sec. de Comunicação), Lorival Almeida (Sec. do Idoso e Pessoa com Deficiência), Simone Cruz (Compras e Contratações) e Carlos Andrade (Diretor do Fundo Municipal de Saúde). Todos já nomeados pelo alcaide Léo Vieira. Ao que tudo indica, Waguinho está com tudo e não está prosa por lá.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita



Quem esteve prestigiando o festival Universo Spanta, no último fim de semana, foi a vereadora do Rio, Talita Galhardo (e) ao lado de Rafaela Figueiredo (d), esposa do vice-governador Thiago Pampolha

Fotos Victor Chapetta/Agnews



Uma verdadeira atitude de respeito ao público. Foi assim, mesmo com a perna imobilizada, que Pedro Sampaio concluiu sua apresentação após sofrer uma queda durante o festival Spanta



Relações societárias do novo ministro Sidônio Palmeira com os envolvidos na Operação Overclean podem salvar políticos da mira da PF

Por Cláudio Magnavita*

A operação do Rei do Lixo, que colocou no centro de uma centrifugadora o empresário baiano José Marcos de Moura começa a ter novos desdobramentos nesta segunda quinzena de janeiro de 2025. A pressão psicológica que Moura sofria foi aliviada com a sua saída da prisão, mas os efeitos da operação poderão ser amenizados, apesar da captura de dados de todos os envolvidos em busca e apreensão da Operação Overclean realizada em 10 de dezembro de 2024.

Os envolvidos apostam que o clima pode ser amenizado por um fator sorte: a ascensão do publicitário Sidônio Palmeira ao primeiro escalão do governo petista, como ministro da Comunicação Social. Ele tem sociedade em negócios imobiliários com o ex-prefeito de Mata de São João, João Gualberto, e com o próprio ACM Neto. Aliás, esta relação societária e os negócios, além da publicidade, eram alguns dos fatores que levavam Sidônio a recusar o convite.

José Marcos Moura e o ex-prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto, ou

ACM Neto, vivem há anos uma das simbioses mais explosivas da política brasileira. A Prefeitura de Salvador se tornou um enclave dentro do reino petista na Bahia. É neste principado que Moura nadou de braçada e, usando o relacionamento nacional de Neto, voou, literalmente, para os estados sob influência do DEM e depois no desenho partidário do União Brasil. O ex-prefeito de Salvador se tornou "radioativo", hoje seu telefone quase não toca e a agenda de contatos foi encolhida.

O sentimento de impunidade levaram o clã Magalhães a perder um comedimento nos temas que envolvem política e negócios privados e a relação revelada pela Overclean deixa fora os políticos do PT e os que comandam o estado.

Já não se pode dizer o mesmo das relações do senador Jaques Wagner com José Marcos. Foram esboçadas várias aproximações, apesar dos alertas feitos pelo então governador Rui Costa. O senador sempre gostou de viver perigosamente no limite do perigo.

Corre em Brasília e nos corredores da Casa Civil, especialmente, que a

Overclean foi o presente de Natal do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, para o Ministro Rui Costa, que poderia redesenhar o mapa da política baiana depois das novas fases da operação.

O fermento da implosão dos negócios do Rei do Lixo foi sincronizado com o crescimento da candidatura de Elmar Nascimento para a presidência da Câmara dos Deputados. Só que ninguém ligado a Rui esperava que neste furacão surgisse o fator Sidônio Palmeira e a relação do seu sócio com a arrumação financeira das últimas campanhas eleitorais, entre elas, a do próprio Lula. Esta relação de Gualberto e ACM Neto com o novo ministro de Lula sempre foi vista como uma apólice de seguro, mas ninguém esperava que ela valesse tanto com a elevação do sócio a ministro, o que deve fazer a Polícia Federal adotar cautela nos próximos passos. Uma coisa era o envolvimento de um publicitário eleitoral, outra são os negócios com um ministro escolhido pelo próprio Lula para salvar a imagem do seu governo.

*Diretor de Redação do Correio da Manhã

Vicente Loureiro*

Sem concertação não há integração

Há assuntos que extrapolam limites municipais e vão além das competências institucionais dos Estados. Nesses, a União pode até intervir, desde que seja para ajudar, e não para deliberar. Com o tempo, esses temas ganharam complexidade geográfica, política e operacional. Refiro-me, entre outros, aos serviços de transporte público de escala metropolitana, cuja governança não cabe mais à vontade exclusiva de prefeitos nem, tampouco, de governadores.

Esses serviços atendem a diferentes demandas de viagem, utilizando modais diversos, geridos, na maioria

dos casos, de forma autônoma e desarticulada pelos três níveis de governo. O resultado prático é uma prestação de serviços ineficiente, com custos crescentes, cada vez mais subsidiados, e impactos ambientais ainda incontroláveis. Todos parecem comandar partes de um todo que a ninguém obedece — como uma verdadeira geringonça des governada.

Embora a Constituição reconheça a relevância do fenômeno metropolitano, o Estatuto da Metrópole regulamentamente sua gestão e muitos estados tenham recriado suas regiões metropolitanas com instrumentos de gover-

nança, as dificuldades, sobretudo políticas, continuam a impedir avanços em temas de interesse comum, como o transporte público. Esse adiamento é difícil de justificar.

Há setores, como o de saneamento, em que a governança metropolitana já trouxe efeitos concretos no compartilhamento do poder decisório, resultando em melhorias visíveis tanto na abrangência quanto na qualidade dos serviços prestados. No entanto, no caso da mobilidade urbana, a agenda segue travada. Os progressos observados em algumas regiões mostram tanto o quanto se

pode avançar quanto o quão desafiador é submeter interesses variados — nem sempre republicanos — à soberania popular, que clama por um transporte mais integrado e menos oneroso. Apesar de novas tecnologias estarem disponíveis, o que falta, perdoem o clichê, é a tão necessária decisão política.

Não é impossível construir um ambiente de concertação, em escala metropolitana, que compartilhe decisões e custos para um sistema de transporte inclusivo, eficiente e energeticamente sustentável. Contudo, é essencial que os governos compreen-

dam que a ausência de entendimento prévio e acordado é a principal causa de falhas, como o fato de o Bilhete Único, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, nunca ter sido efetivamente único. Assim, o "Já é" pode acabar virando "já era".

Os agentes políticos metropolitanos precisam dialogar. Não se pode mais fugir das demandas impostas pela conurbação regional.

*Arquiteto e urbanista. Doutorando pela Universidade de Lisboa. Autor dos livros "Prosa Urbana" e "Tempo de Cidade"